

Informativo MPE FIERN | Informativo da Micro e Pequena Empresa - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

COMPENM: Presidente da FIERN e do COMPENM/CNI: **Amaro Sales de Araújo.** | Presidente da COMPENM/FIERN: **Heyder de Almeida Dantas.**

Para mais informações – Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Corporativo e Secretário Executivo das Comissões Temáticas da FIERN – (84) 3204-6220 - ernanibandeira@fiern.org.br.

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2860 - Lagoa Nova - Natal/RN | CEP: 59075-900 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Agenda do Sistema FIERN

24/10/2017 – Caicó/RN – CURSO “COMO ATENDER A FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO?”
Público alvo: empresários do setor industrial, gestores de recursos humanos e outros profissionais de empresas industriais. Local: SENAI–Cumf Manoel Torres – praça Dom José Delgado, 200, bairro paraíba, Caicó/RN–Hora: 08h30 às 17:30.

Compras Governamentais

Editais Publicados. Links:

[Governo do Estado do Rio Grande do Norte](#)

[Portal SEBRAE – Licitações abertas – RN e BR](#)

[Prefeitura de Caicó/RN](#)

[Prefeitura de Macaíba/RN](#)

[Prefeitura de Mossoró/RN](#)

[Prefeitura de Natal/RN](#)

[Prefeitura de Parnamirim/RN](#)

[Prefeitura de Pau dos Ferros/RN](#)

[Prefeitura de São Gonçalo do Amarante/RN](#)

[Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#)

Indicadores Econômicos

O **Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Rio Grande do Norte** avançou de **51,5 para 52,2 pontos na passagem de agosto para setembro**, mostrando que os empresários potiguaros estão confiantes pelo segundo mês consecutivo (valores acima de 50 pontos indicam confiança). Na percepção dos empresários potiguaros, as condições atuais dos negócios estão menos desfavoráveis do que a vigente nos últimos seis meses. No que se refere às expectativas para os próximos seis meses, as avaliações seguem positivas - ainda que o otimismo seja mais moderado do que o registrado em agosto. Os empresários da Construção revelam menor falta de confiança, enquanto os executivos das Indústrias Extrativas e de Transformação continuam confiantes. No que tange aos portes de empresa pesquisados, constata-se que as médias e grandes indústrias estão menos confiantes do que no levantamento anterior, enquanto as pequenas mostram-se neutras. Ou seja, não percebem piora na situação atual, mas tampouco apresentam melhores expectativas. Em matéria de confiança, o Rio Grande do Norte acompanhou a tendência nacional, com exceção da Indústria da Construção, em que os empresários do conjunto do país se mostraram confiantes (ICEI igual 53,4 pontos). [FIERN- Índice de Confiança do Empresário do RN.](#)

Interesse M P E

Aprovado o Refis – Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

O Plenário do Senado Federal aprovou, em 05.10, a MP 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). A CNI é favorável a proposta, que compõe a PAUTA MÍNIMA DA INDÚSTRIA 2017. O Senado retirou do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados 4 artigos considerados como matéria estranha (arts. 14 a 18). Tratavam da presidência e vice-presidência das câmaras dos CARF, do voto de qualidade do CARF, de dívidas das Instituições de Ensino Superior e de dívidas de entidades religiosas e de ensino vocacional. O texto aprovado traz significativas mudanças em relação ao texto original da MP. Entre as principais pode-se citar: -Permissão de adesão ao Programa pelas Micro e Pequenas Empresas optantes do Simples Nacional; -Redução de 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios. No texto original eles eram reduzidos em 25%; -Maior redução de multas: o percentual máximo de redução de multas previsto no PERT era de 50% e a Emenda aprovada eleva este valor para 70%; -Inclusão de modalidade de pagamento em que 24% da dívida consolidada deve ser dada de entrada, a ser paga em 24 vezes; -Possibilidade de utilização de créditos na PGFN para débitos abaixo de 15 milhões de reais, da mesma forma permitida no âmbito da SRFB; -Redução do percentual de entrada de 7,5% para 5% para débitos abaixo de R\$ 15 milhões; - Não tributação da cessão de créditos entre controladas e controladoras; -Não tributação das reduções de juros, multas e encargos; -Dispensa do pagamento de honorários; A Medida segue para sanção. Fonte: [Portal Notícias Legislativas 72/2017 - CNI.](#)

Receita com Simples Nacional cresce 9% até agosto para R\$ 52,87 bilhões

A arrecadação do Simples Nacional avançou 9% acima da inflação de janeiro a agosto de 2017, para R\$ 52,8 bilhões, contra iguais meses de 2016, enquanto as modalidades de Lucro Presumido e a do Lucro Real seguem em retração. Nos oito meses do ano, a receita originada de empresas que optaram pelo regime de Lucro Presumido apresentou uma queda real (descontada a inflação) de 1,7%, para R\$ 21 bilhões, ao passo que a arrecadação via empresas que declaram pelo Lucro Real caiu 4,4% para R\$ 52 bilhões. Os dados da Receita Federal. Para especialistas, o crescimento do Simples tem refletido a maior praticidade do regime quando comparado aos demais; o empreendedorismo estimulado pelo aumento do desemprego; e a inclusão de novas atividades. O professor de ciências contábeis da Faculdade Fipecafi, Alexandre Gonzales, reforça que o regime simplificado tem se mostrado historicamente mais vantajoso para a maioria dos pequenos negócios do País, pois, além de reduzir a burocracia, tem diminuído a carga tributária. Em 2015, a sua receita verificou alta real de 6% até agosto daquele ano (para R\$ 45,7 bilhões), enquanto no ano passado só obteve acréscimo nominal (+3,7%, para R\$ 47,4 bilhões). Descontada a inflação, o Simples Nacional chegou a recuar 5% no período. Para Machado, a menor complexidade foi o que ajudou a evitar resultados mais negativos oriundos do Simples nos últimos três anos. Para o diretor da Gerencial ainda, a incorporação de novas atividades em 2015 também colaborou para a ampliação das receitas do Simples, bem como o aumento do desemprego que estimulou o empreendedorismo por necessidade. Sobre isso, Gonzales destaca que, ao abrir um negócio pelo Simples, o empresário passa a pagar alguns impostos já nos primeiros meses de atuação, como a PIS e a Cofins, o que significa que a entrada de recursos para a Receita ocorre de forma rápida após a adesão das empresas ao regime. **Declaração pelo lucro real** - As modalidades pelo Lucro Presumido e o Lucro Real apresentaram quedas fortes na recessão. Para o período que vai de janeiro a agosto, o primeiro recuou 9,4% em termos reais em 2015, para R\$ 21 bilhões, verificando mais uma queda de 12% no ano seguinte. Já o Lucro Real, que contempla as empresas que faturam acima de R\$ 78 milhões, despencou 13,5% em 2015, para R\$ 50 bilhões, retraindo mais 3% até o mês de agosto de 2016. O professor da Fipecafi chama a atenção para o desempenho mais negativo do Lucro Real em 2017 quando comparados aos outros dois modelos de tributação. Segundo ele, este movimento traduz as próprias regras dos regimes. No Simples e no Lucro Presumido, o IRPJ e a CSLL são recolhidos com base no faturamento das empresas. Já no Lucro Real, a apuração do imposto parte do lucro contábil das companhias, o que significa que se a empresa não obteve ganho e teve prejuízo ela não recolhe os tributos, algo recorrente durante a crise. Gonzales pontua que o resultado das empresas começou a melhorar neste ano e que a queda de 4,4% no Lucro Real até agosto está refletindo os descontos de prejuízos contábeis anteriores. A partir do momento em que uma empresa deste regime passa a auferir lucro, ela pode descontar os prejuízos que obteve no passado. **Mudanças para 2018** - O regime do Simples passará por alterações a partir de janeiro de 2018. Atualmente, o limite de faturamento anual para adesão, de R\$ 3,6 milhões, aumentará para R\$ 4,8 milhões. Já para quem é Microempreendedor Individual (MEI) o limite de faturamento irá de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil. Além disso, empresas como cervejarias, vinícolas, licoreas e destilarias serão incluídas. Fonte: [Portal DCI – Diário, Comércio, Indústria & Serviços.](#)

Interesse Geral da Indústria

Mercado mantém projeção da Selic em 7% para o fim de 2017 e 2018

Economistas do mercado financeiro mantem suas projeções para a Selic (a taxa básica de juros) para o fim de 2017 e 2018. O Relatório de Mercado Focus trouxe na segunda-feira, 09.10, que a mediana das previsões para a Selic este ano permaneceu em 7,00% ao ano. Há um mês, estava em 7,00%. O levantamento indicou ainda que a mediana das projeções dos economistas para a Selic no fim de 2018 seguiu em 7,00% ao ano, ante 7,25% de um mês atrás. Na última sexta-feira, 6, o IBGE informou que o IPCA de setembro subiu 0,16% - que correspondeu ao teto das projeções do mercado financeiro. No ano, a inflação acumulada é de 1,78% e, nos 12 meses até setembro, de 2,54%. Em 21 de setembro, o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) havia reforçado a mensagem de que o BC pretende reduzir o atual ritmo de cortes da Selic. Após ter cortado os juros em 1 ponto porcentual no início de setembro, de 9,25% para 8,25% ao ano, o BC indicou a intenção de, no fim de outubro, promover corte mais moderado. No Focus de hoje, a Selic média de 2017 seguiu em 9,84% ao ano. No caso de 2018, a Selic média permaneceu em 7,00%, ante 7,03% de quatro semanas atrás. Para o grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a taxa básica terminará 2017 em 7,00% ao ano, mesmo patamar projetado há uma semana e há um mês. Para 2018, a expectativa seguiu em 7,00%, o mesmo porcentual projetado uma semana e um mês antes. [Portal DCI – Diário Comércio, Indústria & Serviços.](#)

“[...] O emprego dá dignidade, auto-estima e qualidade de vida. E é por isso que devemos direcionar todo o nosso esforço para aumentar o número de pessoas empregadas. Sobretudo nesse atual momento, em que essa chaga chega a números alarmantes, que nos amedrontam e deveriam nos encher de vergonha. [...]” Amaro Sales de Araújo

Amaro Sales defende na Câmara dos Deputados mudanças no Estatuto da Micro e Pequena Empresa



A comissão especial que analisa proposta que altera o Estatuto da Micro e Pequena empresa se reuniu em audiência pública nesta terça-feira, 26, na Câmara dos Deputados, para discutir o tema com representantes das áreas de indústria, comércio e inovação tecnológica que destacaram a importância do setor e pediram alterações na lei para garantir a sobrevivência das empresas.

O presidente do Sistema FIERN e do COMPEM/CNI, Amaro Sales de Araújo, destacou que mais de 98% das empresas brasileiras são pequenas e micro e que por isso o acesso ao crédito para elas deve ser facilitado. “Nós temos que ter essa questão de acesso ao crédito mais discutida e não se faz crédito por decreto, se faz pela oferta de crédito. Não existe a Constituição colocar 12 %, mas se não acontece! Nós temos que ter consciência que essa oferta de crédito tem que ser a livre concorrência.”

Amaro Salles apresentou as seguintes propostas à comissão: possibilidade de as empresas optantes do Simples Nacional usufruírem de outros benefícios fiscais, incluídos os de inovação, exportação e etc; a criação de um Refis que abranja as MPEs com as mesmas condições oferecidas pelo Poder Executivo no PERT; simplificação trabalhista para o segmento; acesso real ao crédito; tratamento diferenciado para MPEs na Lei de Falências; e a adoção por todos os Estados do limite federal do Simples Nacional.

Já o representante da Confederação Nacional do Comércio, Valdir Pietroban, enalteceu o Simples, afirmando que ele é o maior projeto de distribuição de renda vigente no país. Mas, 550 mil empresas correm o risco de sair do programa por conta de dívidas, que precisam ser renegociadas.

Fernando Ribeiro, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, defendeu que as pequenas e micro empresas possam investir em tecnologia como forma de reverter esse conhecimento em benefícios para a sociedade.

“Os estudos da comunidade europeia e outros estudos apontam que você consegue para cada dólar ou para cada euro investido em pesquisa e inovação você teria um retorno da ordem de seis a oito vezes o investimento que foi feito. O que é muito superior, do ponto de vista de resultado para a sociedade, ao retorno que você consegue com investimento em outras áreas.”

O relator na comissão especial, deputado Otávio Leite, do PSDB do Rio de Janeiro, garantiu que as sugestões apresentadas pelos convidados serão analisadas e poderão compor o relatório.

“A ideia é modernizar a lei, trazê-la para o século XXI, cortar os nós, desembaraçar o máximo, facilitar o máximo para as pessoas poderem empreender.”

Otávio Leite afirmou que deve apresentar o relatório preliminar na próxima semana.



Fonte: [FIERN – Unidade de Comunicação](#).